



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

129/2018

**CONTRATO DE SERVIÇOS OCASIONAIS DE TRANSPORTE
DE PASSAGEIROS PELO PERÍODO DE DOIS ANOS, PELO
VALOR GLOBAL DE 120.000,00€, AO QUAL ACRESCE O
IVA À TAXA LEGAL.**

Aos vinte e três dias do mês de Março do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **EVA TRANSPORTES, S.A.**, com sede na Av. da República n.º 5, Faro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa colectiva 502536071, com o capital social de 9.906.260,00€, representada por **ANTÓNIO CARLOS MARIANO DE SOUSA**, portador do cartão de cidadão número 04581002-8ZY2, válido até 23 de fevereiro de 2021 e **CARLOS LUÍS OSÓRIO GOMES**, portador do cartão de cidadão número 01529491-9ZY0, válido até 27 de janeiro de 2021, na qualidade de Vogais do Conselho de Administração, com poderes para o ato conforme certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **19 de Março de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica números 41, II Série de 27 de Fevereiro de 2018, é adjudicado à empresa **EVA TRANSPORTES, S.A.**, os “**SERVIÇOS OCASIONAIS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PELO PERÍODO DE DOIS ANOS**” pelo valor global de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.10**;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **1986**, e LCPA n.º **5306** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do presente contrato consiste na prestação de serviços ocasionais de transporte de passageiros (aluguer de viaturas pesadas de passageiros com motorista), conforme se descreve na parte II cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dão por inteiramente reproduzidos; -----

TERCEIRA: A prestação de serviços inicia-se na data da sua assinatura e vigorará até ao montante máximo de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros), ou até ao final do ano de 2019, consoante o que ocorra em primeiro lugar;-----

QUARTA: O serviço competente da autarquia requisitará os serviços ao adjudicatário, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 horas, salvo em casos pontuais em que tal não se afigure possível por motivos imprevistos;-----

QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de cumprimento do estipulado no caderno de encargos.-----

A título acessório, o prestador de serviços, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;-----

SEXTA: As quantias devidas por cada serviço pela entidade adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.-----

Para os efeitos acima referidos, a obrigação considera-se vencida com o termo do serviço requisitado e desde que este tenha ocorrido em conformidade com o caderno de encargos.-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

4 3
a
fnc

fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida;-----

SÉTIMA: O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Edilidade;-----

OITAVA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento quando ocorra atraso no início da execução do serviço será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso relativamente ao solicitado que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total do serviço a facturar por cada bloco de 10 minutos de atraso.-----

O valor da penalidade pecuniária a aplicar é creditada a favor da Autarquia ou deduzida ao preço a pagar pelo serviço;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.-----

Não constituem força maior as alíneas de a) a g) do n.º 3 do artigo 12.º do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

Quando se verificarem incumprimentos, ou seja ausência de execução de serviços solicitados e confirmados, em 3 (três) serviços seguidos ou 5 (cinco) interpolados bem como quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----

O direito de resolução referido anteriormente exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos do artigo 14.º do caderno de encargos;-----

DÉCIMA SEGUNDA: É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos e seguro, dos seguintes casos:-----

- a) Morte ou invalidez permanente;-----
- b) Despesas de tratamento e internamento;-----
- c) Incapacidade temporária absoluta.-----

DÉCIMA TERCEIRA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA QUARTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

DÉCIMA QUINTA: o valor global do contrato é de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros), sendo os valores unitários os seguintes:-----

SERVIÇOS REGIONAIS (*1)

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (*2)	PREÇO KM / VIATURA		PREÇO MÍNIMO DIÁRIO / VIATURA
	TIPOS DE VIATURA		
	49 Lugares	55 Lugares	
Até 5 horas	1,25	1,30	285,00
De 5 a 10 horas	1,30	1,40	365,00
De 10 a 16 horas	1,40	1,50	415,00

(*1) – Serviços realizados na região do Algarve;-----

(*2) – Duração do serviço (Nota: se o serviço exceder 16 horas considera-se o excedente como 2º dia).-----

SERVIÇOS NACIONAIS (*1) E INTERNACIONAIS

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (*2)	PREÇO KM / VIATURA			PREÇO MÍNIMO DIÁRIO / VIATURA
	TIPOS DE VIATURA			
	43 Lugares	49 Lugares	55 Lugares	
Até 5 horas	1,20	1,30	1,35	300,00
De 5 a 10 horas	1,25	1,32	1,38	380,00
De 10 a 16 horas	1,30	1,35	1,40	430,00

(*1) – Serviços que excedam, quanto ao percurso, os serviços regionais;-----

(*2) – Duração do serviço.-----

DÉCIMA SEXTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Célia Brás, Técnica da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

DÉCIMA SÉTIMA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 19 de Março de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do adjudicatário.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

OS SEGUNDOS OUTORGANTES,

[Handwritten signature]

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature: Paula Ricardo Correia Pinto Guerreiro]